

O Governo e a saúva

Há uma lição irrecusável a extrair do episódio protagonizado quinta-feira pela Diretoria da Dívida Pública do Banco Central: os mecanismos institucionais de gestão da política econômica não são eficientes para administrar uma situação de crise. Não o são até porque é típica das crises agudas a impossibilidade da sua administração. Não se administra uma situação caótica, tal como não se estabiliza uma inflação no patamar de 20 por cento ao mês. Dias atrás comentávamos aqui que uma inflação nesse nível gera tal intranqüilidade, e torna tudo tão difuso e fluido, que qualquer acidente, ou simples boato, pode pôr tudo a perder. O episódio de anteontem confirma a tese.

Não se pode afirmar, nem ninguém o afirma, que o diretor demitido da Dívida Pública tenha cometido um erro técnico. Não o cometeu. De fato, a taxa de remuneração do over a 50 por cento ao mês se impunha como decorrência da aceleração do processo inflacionário verificada nas últimas três semanas. Houve, todavia, um erro político. A elevação deveria se dar gradualmente para não impactar o mercado numa hora de desassossego. O erro político causou o que se viu: queda nas bolsas, perplexidade em todo o mercado financeiro e um endividamento adicional do setor público em algo como 10 bilhões de cruzados. Poderia ter sido pior, como poderá ser pior a qualquer momento, na eventualidade de qualquer novo acidente.

Está configurado, fora de dúvida, o fracasso da atual estratégia de política econômica como remédio para a inflação. A taxa mensal anda ao redor de 27 por cento, tudo indicando que ultrapassará

os 30 por cento antes do último mês do ano. A estabilização em 20 por cento era uma abstração. Mas o Governo insiste em perseguir um modelo que evidentemente nos levará ao colapso e o faz presumivelmente ao reboque de uma circunstância inteiramente perturbadora, as eleições municipais de novembro. Hesita em praticar o "choque" para não prejudicar interesses eleitorais estabelecidos. Para não prejudicar interesses, deixa, também, de demitir o presidente do Banco Central, que autorizou a elevação da taxa de remuneração da OTN, optando por demitir seu subordinado. Não é uma forma linear e exemplar de lidar com esses problemas.

A inflação, todos sabem, e o Governo também sabe, está sendo conduzida por sua própria dinâmica. Os altos empresários deixaram de investir, passando a obter altíssima rentabilidade nas aplicações financeiras. Passaram a ser sócios da inflação, seus beneficiários e, portanto solidários com ela. Por que lhes interessa combatê-la? Talvez por isso o pacto social em torno do qual há meses discutem com os trabalhadores até agora não tenha passado de intenções. A inflação lhes dá lucro. Como disse, dias atrás, o presidente da Fiesp, o "setor privado vai bem, obrigado". O "setor privado" para ele é aquela meia dúzia que cartelizou o sistema produtivo brasileiro e se reúne todo o dia no Clube Paulistano para decidir os preços que, a cada hora, mais engordam os estoques de dinheiro com que comparecem, e neles se nutrem, aos leilões de OTN do Banco Central.

O governo precisa acabar com isso ou, como disse o Governador de Minas, vai se repetir a história da saúva.